

DISCUSSÃO | Vereador anunciou proposta após realização de audiência pública

Política de inclusão educacional no Rio será tema de projeto de lei

Claudia Costin afirmou que escolas de Educação Especial não serão fechadas

JOYCE TRINDADE
joyce.trindade@folhadirigida.com.br

O vereador Paulo Messina (PV) anunciou a mais de mil mães de alunos com deficiência da rede municipal de ensino, em audiência pública realizada no último dia 9, na Câmara Municipal, que será elaborado um projeto de lei para regulamentar a implementação da Política de Educação Inclusiva na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

O anúncio foi feito após a reivindicação das mães, quanto a necessidade da permanência de classes especiais para as crianças e jovens com deficiência e a importância da escolha dos pais que, segundo elas, são aqueles que devem optar pela permanência dos filhos em turmas regulares ou não.

A Secretária Municipal de Educação, Claudia Costin, também presente na audiência, afirmou que nenhuma turma especial será fechada durante sua gestão. "Já disse outras vezes e volto a repetir que nenhuma escola especial será fechada. Enquanto eu estiver na secretaria prevalecerá sempre a vontade dos pais. Eles é que devem escolher se seus filhos ficarão em turmas regulares ou não", declarou.

Ainda de acordo com a secretária, há casos de alunos que se desenvolvem muito bem nas turmas regulares. Porém, para outros, essa inclusão é um deserviço. "A Educação é para todos e para cada um. Por isso, devemos atender as especificidades de cada estudante em múltiplas formas de abordagens", acredita.

Claudia Costin também reconheceu que a rede tem a superar desafios em relação à inclusão de portadores de necessidades especiais. "Em uma rede de ensino com 1.064 escolas com certeza encontramos muitas falhas e desafios, tanto nas turmas especiais, quanto nas regulares. Mas estamos procurando identificar tais erros e solucioná-los", garantiu.

Mesmo com a garantia da secretária, os pais destes alunos temem que num próximo governo, a linha a ser adotada seja



Comissão de Educação discutiu propostas de ensino para portadores de necessidades especiais

diferente. Até por isso, o vereador Paulo Messina enfatiza a importância de uma política permanente em relação à inclusão. "O objetivo do nosso projeto é transformar esta política de governo em uma política de Estado, criando uma legislação que deverá ser seguida daqui pra frente pelo governo atual e pelos que o sucederem", explicou o vereador.

Messina, que é presidente da Comissão de Educação da Câmara, ressaltou a importância da mobilização dos responsáveis de alunos com deficiência na resolução da questão. Em 2009, após ser procurado por pais apreensivos com os boatos de que a prefeitura iria incluir os alunos à revelia dos responsáveis, o vereador realizou um encontro na Câmara Municipal no qual a secretária Claudia Costin assumiu o compromisso na frente de mais de 500 mães de que nenhum aluno seria incluído nas turmas regulares sem o consentimento das famílias.

Neste dia, também ficou estabelecido que seria criado um Grupo de Trabalho (GT) formado por pais de alunos com deficiência para acompanhar a implementação da política de educação inclusiva do município. "Em 2009 discutíamos se as escolas especiais deveriam fechar. Hoje, dois anos depois já analisamos a qualidade destas escolas e como esta inclusão deve ser feita. É um grande avanço conquistado por estes pais", afirmou o vereador Paulo Messina.

Queixas em relação ao atendimento

Representando as mães do Grupo de Trabalho criado para acompanhar a implementação da política de educação inclusiva do Município, na audiência na Câmara Municipal, Lorena Nora Alves apresentou a secretária Municipal de Educação, Claudia Costin, alguns questionamentos dos pais de alunos com deficiência da rede pública.

Segundo ela, pouquíssimas escolas são adaptadas para receber estes estudantes. Lorena também sugeriu a seleção de profissionais de apoio para acompanhar os alunos mais de perto e relatou casos de crianças que não frequentam as escolas, simplesmente, porque não têm como se locomover, já que os ônibus escolares estariam sempre com problemas.

A secretária de Educação afirmou, na audiência, que 60 novos espaços de desenvolvimento infantil para as crianças com deficiência estão em fase de construção. Quanto ao transporte escolar, ela afirmou que trata-se de um dos maiores desafios da Secretaria. "Estamos analisando soluções para esse problema e esperamos começar a implantá-las no próximo semestre. Já temos, em algumas unidades, os chamados agentes educado-

res, mas também pensamos na criação de um cargo para dar apoio a estes estudantes", respondeu a secretária.

Também presente no evento "Educação Especial na Perspectiva Inclusiva — análise da conjuntura", o deputado Estadual Márcio Pacheco (PSC), aprovou a posição da Secretaria Municipal de Educação em estar presente na audiência, admitir seus erros e prometer melhoras, porém afirmou que esta ainda é uma discussão pouco presente na sociedade.

"A política de inclusão ainda não é prioridade no Rio de Janeiro. Precisamos de uma agenda mais humanitária aqui e em todo o país. Discutir inclusão é um retrocesso, pois inclusão é uma obrigação do governo. Devemos discutir os avanços da inclusão, como este processo deve ser feito da melhor forma possível", afirmou.

Para ele, também é preciso alterar a meta quatro do Plano Nacional de Educação para os anos de 2011 a 2020, na qual se pretende universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.